

André Garcia Leão Reis Valadares

# O Julgamento nos Tribunais

Colegialidade e Deliberação



EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

1139625

Copyright © 2018 by André Garcia Leão Reis Valadares

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

V136j

Valadares, André Garcia Leão Reis.

O julgamento nos tribunais : colegialidade e deliberação /  
André Garcia Leão Reis Valadares. – Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2018.

236 p. ; 21 cm. – (Série Estudos do PPGD – UFMG).

Bibliografia : p. 211-220.

ISBN 978-85-519-0604-0

1. Poder Judiciário. 2. Processo Civil. 3. Deliberação. 4. Princí-  
pio da Colegialidade. 5. Decisão Judicial. I. Título. II. Série.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. O Contexto Brasileiro</b> .....	7
1.1. As reformas constitucionais e legais e o advento do Código de Processo Civil de 2015 (Lei n. 13.105/15).....	7
1.2. A realidade dos Tribunais.....	17
<b>2. A Colegialidade</b> .....	27
2.1. As entidades coletivas.....	27
2.2. A colegialidade nos Tribunais.....	30
2.2.1. Despersonalização.....	34
2.2.2. A contenção do arbítrio individual.....	39
2.2.3. A abertura a várias vozes e ao desacordo.....	45
2.2.4. O reforço das chances de acerto.....	53
2.3. Conclusões parciais: uma revisitação à colegialidade.....	55
<b>3. A Deliberação</b> .....	57
3.1. A deliberação na teoria política da Democracia Deliberativa.....	57
3.2. A deliberação nos Tribunais: as considerações de Conrado Hübner Mendes.....	66
3.2.1. A deliberação como elemento da argumentação jurídica.....	66
3.2.2. A deliberação como atividade interativa e cooperativa dos juízes em julgamentos colegiados.....	71
3.3. O desempenho deliberativo dos Tribunais.....	75
3.4. Conclusões parciais: colegialidade e deliberação.....	76
<b>4. O Desempenho Deliberativo de um Tribunal</b> .....	79
4.1. O núcleo central do desempenho deliberativo.....	79
4.1.1. As fases deliberativas – pré-decisional, decisional e pós-decisional – e os possíveis deliberadores.....	80
4.1.2. A disposição dos juízes em deliberar.....	85
4.2. Os elementos do desempenho deliberativo.....	90
4.2.1. Fase pré-decisional.....	91

4.2.1.1. O papel do relator. ....	91
4.2.1.2. A participação das partes e de terceiros. ....	109
4.2.2. Fase decisional.....	132
4.2.2.1. A composição do órgão colegiado. ....	132
4.2.2.2. A sessão de julgamento ..... 150	
4.2.2.3. A publicidade da sessão de julgamento ..... 165	
4.2.2.4. Os julgamentos virtuais..... 175	
4.2.3. Fase pós-decisional ..... 182	
4.2.3.1. A formalização da decisão: modelos per curiam e seriatim ..... 182	
4.2.3.2. A disponibilização dos votos concorrentes e divergentes..... 188	
4.3. Os limites do desempenho deliberativo ..... 200	
<b>Conclusões</b> .....	<b>203</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>211</b>